



ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PATO MARAVILHA

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2025
AUTOR: Deputado PATO MARAVILHA (PL)

Institui, no âmbito da Administração Pública do Estado de Sergipe, licença por condição menstrual para servidoras públicas diagnosticadas com endometriose ou adenomiose, e dispõe sobre o abono de faltas de estudantes diagnosticadas com as mesmas condições, no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Sergipe, licença por condição menstrual, pelo prazo de até 3 (três) dias consecutivos por mês, destinada às servidoras públicas estaduais diagnosticadas com endometriose ou adenomiose, mediante comprovação médica.

§ 1º A licença de que trata o caput será concedida sem prejuízo da remuneração da servidora.

§ 2º A concessão da licença não acarretará desconto salarial, prejuízo à avaliação funcional, nem impacto negativo em progressões, promoções ou demais direitos funcionais.

§ 3º O disposto neste artigo integra o regime jurídico-administrativo próprio dos servidores públicos estaduais, não se aplicando às relações de trabalho regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art.2º As estudantes diagnosticadas com endometriose ou adenomiose poderão se ausentar, por até 3 (três) dias consecutivos por mês, em razão de condição menstrual, sem prejuízo da frequência escolar ou da realização de avaliações acadêmicas, no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas localizadas no Estado de Sergipe.

§ 1º As ausências justificadas na forma deste artigo não serão computadas para fins de reprovação por falta.

§ 2º As instituições de ensino deverão assegurar a reposição de conteúdos e, quando necessário, a remarcação de avaliações.



§ 3º O disposto neste artigo possui natureza educacional e de proteção à saúde, não caracterizando criação de direito trabalhista ou obrigação de natureza laboral.

Art.3º A comprovação da condição de saúde para fins de aplicação desta Lei dar-se-á exclusivamente mediante apresentação de laudo médico, emitido por profissional legalmente habilitado.

§ 1º O laudo médico poderá ter validade permanente, quando atestar condição crônica, salvo recomendação médica em sentido diverso.

§ 2º É vedada a exigência de informações detalhadas sobre o histórico clínico da paciente, resguardados o direito à intimidade e à dignidade da pessoa humana.

Art.4º Esta Lei não se aplica às relações de trabalho da iniciativa privada, nem cria obrigações trabalhistas para empregadores regidos pela legislação federal.

Art.5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua fiel execução.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 22 de dezembro de 2025.

PATO MARAVILHA (PL)
Deputado Estadual





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PATO MARAVILHA

JUSTIFICATIVA

Ilustres Deputados, Tenho a satisfação de submeter à apreciação desta Veneranda Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade instituir licença por condição menstrual, pelo prazo de até três dias consecutivos por mês, destinada a mulheres diagnosticadas com endometriose ou adenomiose, mediante laudo médico, bem como assegurar o abono de faltas no âmbito educacional.

A endometriose e a adenomiose são doenças ginecológicas crônicas que afetam inúmeras mulheres com útero, causando impactos significativos na saúde física, emocional e na qualidade de vida, além de comprometerem o desempenho funcional e educacional das pessoas acometidas.

A endometriose caracteriza-se pela presença de tecido semelhante ao endométrio fora da cavidade uterina, podendo atingir órgãos como ovários, trompas, intestino e outros. Essa condição provoca inflamação persistente, estando associada a dores pélvicas intensas, cólicas menstruais incapacitantes e, em muitos casos, infertilidade.

A adenomiose, por sua vez, ocorre quando o tecido endometrial se desenvolve no interior da musculatura do útero, ocasionando aumento do volume uterino, sangramentos menstruais excessivos e prolongados, além de dores severas durante o período menstrual. Trata-se igualmente de condição crônica que compromete o bem-estar e a capacidade laboral e educacional das mulheres afetadas.

Nesse contexto, a proposta visa assegurar medidas mínimas de proteção à saúde, à dignidade da pessoa humana e à igualdade material, reconhecendo que condições específicas de saúde demandam tratamento jurídico adequado e proporcional, especialmente no âmbito da Administração Pública e do sistema educacional.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa importante avanço na promoção da saúde, da dignidade e da qualidade de vida das mulheres no Estado de Sergipe.

PATO MARAVILHA (PL)
Deputado Estadual



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>
com o identificador 3100310033003500370039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.
4º, II da Lei 14.063/2020.



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>
com o identificador 3100310033003500370039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.
4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310033003500370039003A005000

Assinado eletronicamente por **Pato Maravilha** em 22/12/2025 12:14

Checksum: **59B6D6402258AD210A2B9519A24BC96E317BE56DBC5F1F56159A909AC671E4DB**



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>
com o identificador 3100310033003500370039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.